



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GLÁUCIA DA SILVA RIBEIRO

**O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL DE INFORMAÇÃO NAS
MICROEMPRESAS: Um estudo de caso na “JS camisetas personalizadas”**

Itaituba– PA

2018

GLÁUCIA DA SILVA RIBEIRO

**O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL DE INFORMAÇÃO NAS
MICROEMPRESAS: Um estudo de caso na “JS camisetas personalizadas”**

Monografia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção da nota no Curso
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Augusto César Amorim do
Nascimento

Itaituba – PA

2018

RIBEIRO, Gláucia da Silva.

O fluxo de caixa como ferramenta gerencial de informação nas microempresas: um estudo de caso na “JS camisetas personalizadas”.

Gláucia da Silva Ribeiro. Itaituba: FAI, 2018.

59. f.: il.

Orientador: Augusto César Amorim do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Faculdade de Itaituba, 2018.

1. DFC . 2. Pequenas Empresas. I. NASCIMENTO, Augusto César Amorim do. II Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2018.

GLÁUCIA DA SILVA RIBEIRO

**O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL DE INFORMAÇÃO NAS
MICROEMPRESAS: Um estudo de caso na “JS camisetas personalizadas”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador (a): Augusto César Amorim do
Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Nota:

Avaliador: Prof.(a) Karla Santos da Silva

Nota:

Orientador: Prof. Esp. Augusto César Amorim do Nascimento

Nota:

Resultado: _____ Média: _____

Data: 26 de Março de 2018

*Dedico este trabalho a todos que
contribuíram de alguma forma, para essa
conquista, em especial a minha família.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelas oportunidades que a mim foram concedidas. Assim como, desenvolver esse trabalho e alcançar meus objetivos, iluminando meu caminho durante essa jornada.

A todos que estiveram ao meu lado em todos os momentos, pela compreensão nos momentos difíceis e apoiando as minhas decisões.

Aos meus pais, pelo apoio fornecido e pelo incentivo a nunca desistir.

Ao meu orientador, por sua paciência nas orientações, dedicação em todos os momentos, que tornou possível a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos e familiares que participaram de todos os momentos. E mesmo com minha ausência, sempre estiveram presentes. Enfim, a todos que estiveram de alguma forma, envolvidos nessa caminhada e contribuíram para essa conquista.

“A verdadeira coragem é ir atrás de seus sonhos, mesmo quando todos dizem que ele é impossível”.

Cora Carolina

RESUMO

A respectiva pesquisa tem o objetivo de mostrar a importância e benefícios da DFC nas micro empresas como ferramenta gerencial, sendo que evidencia as entradas e saídas de dinheiro do caixa na empresa, bem como auxilia no processo de decisão. A pesquisa é de estudo de caso na microempresa JS camisetas personalizadas, localizada em Tangará da Serra- MT, onde foi realizado um questionário com dez perguntas em relação à caracterização da empresa, dados e perfil do proprietário, bem como qual ferramenta é usada no controle das entradas e saídas de caixa, sendo realizada entrevista e com caráter qualitativo para julgamento e análise dos dados coletados. Para realização do referencial teórico, utilizou-se referências bibliográfica através de livros e revistas para fundamentar e abordar o tema. Visto que na empresa em pauta faz controle de caixa de forma bem simples através de planilha no Microsoft Excel, deixou-se como sugestão a implantação da DFC para maior detalhamento de tudo que entra e sai. Constatou-se que é feita a separação das finanças Pessoa (Física) das Finanças Pessoa (Jurídica), podendo então ser considerado um ponto positivo na gestão financeira da organização em questão, sendo que muito das micro empresas estão indo à falência por não terem planejamento financeiro corporativo.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa. Micro Empresas. Controle. Ferramenta gerencial.

ABSTRACT

The objective of the respective research is to present the importance and benefits of cash flow in micro and small companies as a managerial tool, since it evidences the cash inflows and outflows of the company cash, as well as assists in decision making processes. The research is a case study of the JS personalized micro-enterprise, located in Tangará da Serra, MT, where a questionnaire was carried out with ten questions regarding the company characterization, data and owner profile, as well as which tool is used for control of the inflows and outflows of cash, being performed in the form of interviews and with qualitative character for judgment and analysis of the data collected. To carry out the theoretical reference, bibliographical references were used through books and journals to substantiate and to approach the theme. It was verified that the company in question makes financial control in a very simple way through a spreadsheet in Microsoft Excel, leaving as a suggestion the implementation of the cash flow for greater detailing of the financial transactions. It has been found that the separation of Person (Finance) Finance from Person (Legal) Finance is done, which can be considered a positive point in the financial management of the organization in question, since much of the micro and small businesses go bankrupt by not have corporate financial planning.

Key-words: Cash flow. Micro and Small Business. Control. Management tool. Decision making.

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

MPE's – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

NPC – Normas e Procedimentos de Contabilidade

LISTA DE QUADROS

<u>QUADRO 1: DFC – MÉTODO DIRETO</u>	32
<u>QUADRO 2: DFC – MÉTODO INDIRETO</u>	35
<u>QUADRO 3: SUGESTAO DE DFC - SIMPLIFICADO</u>	Erro! Indicador não definido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEORICO	16
2.1 PROBLEMÁTICA	16
2.2 OBJETIVOS	17
2.2.1 Objetivo Geral	17
2.2.2 Objetivos Específicos	17
2.3 JUSTIFICATIVA	17
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	19
2.4.1 Estrutura da DFC	22
2.4.1.1 Atividades Operacionais	24
2.4.1.2 Atividades De Investimentos	25
2.4.1.3 Atividades de Financiamentos	26
2.4.2 Transações que devem Integrar a DFC	27
2.4.3 Transações que não devem Integrar a DFC	30
2.4.4 Métodos de Elaboração da DFC	30
2.4.4.1 Método Direto	32
2.4.4.2 Método Indireto	35
3. DEFINIÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	36
3.1 OBJETIVOS DO FLUXO DE CAIXA	39
3.2 RELEVÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA	41
3.3 FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	43
4. O USO DO DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA COMO SUGESTÃO DE CONTROLE EM UMA EMPRESA DE CAMISETAS PERSONALIZADAS	45
4.1 METODOLOGIA	45
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.3 PERFIL DO PROPRIETÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	46
4.4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	47
4.5 SUGESTÕES	49
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE I	57

1. INTRODUÇÃO

A crescente dificuldade no processo de gestão das microempresas leva os gestores a correrem atrás de alternativas no intuito de superar os desafios encontrados diariamente em seu processo de gestão. E muitas das vezes por se ter pouco recurso e um alto custo para a sua captação, associado à falta de controle e um bom planejamento contribuem para que muitas das empresas encerrem suas atividades. (QUINTANA, 2009)

Dessa forma a DFC é de enorme importância, onde o recurso financeiro da empresa possibilita a busca de novos produtos que atendem às necessidades do ambiente interno e externo. A viabilização, desses recursos pelo meio de controle da DFC permite também uma melhor alternativa para efetuar e planejar novas entradas de recursos. Com isso, a liquidez da empresa garante um melhor desempenho no plano de ações que influenciam o aspecto da realização e exigibilidade na aplicação de seus recursos.

Outro fator importante a ser destacado, neste contexto, refere-se à atualização da DFC para que possa atender às expectativas da gestão financeira e viabilizar sua utilização para tomada de decisão, ou seja, com a adequada formulação da DFC obtém-se a real posição de liquidez da empresa, conhecendo também as alterações e variações apresentadas pelo demonstrativo.

Como se pode ver a DFC tem um grande papel, pois é onde se relaciona as atividades desde saída que são os desembolsos dos recursos monetários dentro da empresa em determinado intervalo de tempo. Durante a preparação da DFC é possível prever eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas. (SÁ, 2008)

Neto (2009) conceitua a DFC como uma ferramenta de simples elaboração e compreensão, da qual comprova as operações financeiras que serão conseguidas pela empresa, provocando a tomada de decisão.

Para Kuster e Nogacz (2003) “a importância da DFC para a microempresa se dá pelo fato de que vem a propiciar melhorias na habilidade gerencial dos seus administradores”.

A má administração da DFC é responsável pela maioria dos fracassos empresariais. Pois, se tratando da movimentação financeira das microempresas,

não poderá haver erros. A defasagem no caixa, sem dúvidas, pode levar a empresa à falência. (QUINTANA, 2009)

Muitas das empresas fecham sem nem mesmo completar três anos de atividade motivo esse sendo à má administração financeira ou a sua falta. A DFC é crucial no controle financeiro, pois ela ajuda o administrador (gestor) a controlar o seu caixa e que funciona como ferramenta de análise para tomada de decisão (MARION, 2006).

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância e os benefícios da DFC para as microempresas como ferramenta de informação gerencial, bem como suas finalidades.

Através da pesquisa procurou-se responder a seguinte problemática: Qual a dificuldade das microempresas em implantarem a DFC como ferramenta de informação gerencial?

O presente trabalho está dividido em capítulos, sendo o primeiro composto por esta respectiva introdução, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico do estudo bibliográfico, relacionado à temática da DFC, a problemática, os objetivos da pesquisa bem como sua estrutura e método de elaboração. No terceiro capítulo abordou-se a definição de microempresas, bem como a DFC utilizada como ferramenta de informação gerencial das mesmas. No quarto capítulo foi abordada a metodologia da qual foi utilizada na pesquisa os resultados e discussão bem como o perfil do proprietário e caracterização da empresa análise do questionário e possíveis sugestões. Por fim, no último capítulo, apresenta as considerações finais sobre o tema e um modelo de DFC deixado como sugestão que pode ser utilizado pela proprietária.

2REFERENCIAL TEORICO

2.1 PROBLEMÁTICA

As microempresas desempenham um papel importante na economia, pois são geradoras de emprego, captam rendimentos e proporcionam a circulação de bens e serviços. É notório o importante papel que essas empresas desempenham na atual economia. Apesar da importância dessas empresas, conforme SEBRAE (2012), o número de fechamento de empresas é significativo. Parte do insucesso está relacionada à falta de um controle financeiro diário, a especificar a DFC, que tem como objetivo registrar todas as ocorrências de recursos do caixa.

Conforme Santos (2005) a má gestão financeira é uma das principais causas do fracasso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE's). Acredita-se que um dos maiores desafios na administração das microempresas é fazer um planejamento financeiro adequado. Sem planejamento financeiro e uma boa gestão desse setor, dificilmente um negócio prosperará.

Segundo Sá (2008) “a DFC é o instrumento que permite ao administrador financeiro: planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar recursos financeiros para certo período”. Deste modo, a ferramenta fluxo de caixa, tem se apresentado como um dos instrumentos mais eficazes na gestão financeira das empresas.

Na concepção de Assaf Neto e Silva (2010) a DFC é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas que são os desembolsos de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração da DFC é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

De acordo com Pivetta (2005) a DFC é uma demonstração prática e simples do fornecimento de informações ao gestor financeiro na tomada de decisões. Ele representa a previsão, o controle e o registro de entradas e saídas de determinado período, fornecendo assim, dados sobre a situação financeira da empresa.

Toda organização pode e deve utilizar ferramentas que ajudem a melhorar seu desempenho, inclusive conhecer ferramentas de controles financeiros, pois estas oferecem uma visualização clara do que está ocorrendo monetariamente e quais decisões podem ser tomadas, tanto de curto prazo como de longo prazo.

Diante disso, fica evidente a importância da saúde financeira em uma organização, independente do seu ramo e tamanho, portanto, faz-se necessário planejar e controlar as movimentações monetárias num determinado período com a finalidade de uma melhor visualização da situação financeira atual e auxílio para a tomada de decisão.

Perante exposto acima apresentado, buscou-se resolver a seguinte questão: Qual a dificuldade das microempresas em implantarem o fluxo de caixa como ferramenta de informação gerencial?

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

O respectivo trabalho tem como objetivo geral uma abordagem acerca da DFC nas microempresas e sua importância e benefícios para a sobrevivência das mesmas, uma vez que a saúde financeira da empresa depende de ferramentas capazes de auxiliar na tomada de decisão, como é o caso do fluxo de caixa.

2.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Analisar a caracterização da empresa JS camisetas personalizadas, bem como o perfil do proprietário;
- ✓ Identificar a ferramenta utilizada para controle financeiro da empresa;
- ✓ Analisar a situação financeira atual da empresa, bem como sua atuação no mercado;
- ✓ Caso a empresa não tenha a DFC como ferramenta gerencial, deixar como sugestão para melhores resultados;
- ✓ Demonstrar a importância da DFC como sendo uma ferramenta gerencial que auxilia o gestor na tomada de decisão.

2.3 JUSTIFICATIVA

O objetivo básico da função financeira é cuidar para que a empresa sempre tenha recursos de caixa suficientes, de modo a respeitar os compromissos assumidos e promover a maximização dos lucros. Neste contexto, se destaca a DFC como instrumento que possibilita o planejamento juntamente com o controle dos recursos financeiros de uma empresa. Gerencialmente, é indispensável ainda em todo o processo de tomada de decisões financeiras.

A grande mudança ocorrida no ambiente econômico e financeiro faz com que a DFC seja um dos principais demonstrativos para a avaliação de desempenho gerencial, tornando-se desta maneira, uma ferramenta estratégica que pode ser utilizada não só para os grandes, mas também para os micros empresários. Com isso, conforme Zdanowicz (2007), a DFC permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa por determinado período. Sendo assim, é preciso estruturar um modelo de DFC com capacidade informativa, com clareza e de fácil acesso e interpretação, tanto para os gestores como para os demais usuários dessa ferramenta.

A gestão nas microempresas, em especial na área financeira, requer acompanhamento constante do processo e dos resultados, de modo que a avaliação do desempenho, bem como os ajustes, deve ser feitos quando necessário. E para acompanhar, avaliar e extrair essas informações financeiras se destaca a DFC como ferramenta e instrumento, que possibilita o planejamento e controle dos recursos financeiro da empresa.

Assaf Neto e Silva (2010) afirmam que a DFC, gerencialmente, é indispensável ainda para todo processo na tomada de decisões financeiras. Em complementação, Zdanowicz (2007) relata que a DFC é o instrumento essencial para a administração do disponível e sucesso da empresa, em termos de planejamento e de controle financeiros. É o instrumento mais preciso e útil para levantamentos financeiros a curto e longo prazo.

O fator determinante que levou a realização desta pesquisa está diretamente ligado à percepção de que muitas empresas não utilizam o fluxo de caixa como ferramenta de informação gerencial, em especial as microempresas e aquelas em que a gestão é familiar. Mesmo que percebida a importância do fluxo de caixa, principalmente como ferramenta gerencial para tomada de decisão, muitas micro empresas não aderem a esse instrumento pela cultura organizacional da empresa, que na maioria delas são aquelas em que a gestão é burocrática, apenas o proprietário tem a decisão final e o mesmo tem insegurança no manuseio de tecnologias avançadas, outras vezes por medo das mudanças, tem comodismos em prosseguir a gestão da mesma forma de sempre, etc. Existem vários fatores que interferem na implantação de novas ferramentas dentro de uma gestão.

Desse modo, a gestão financeira das micro e pequenas empresas não pode ser uma aventura expondo-se aos acontecimentos futuros incertos, sem um mínimo

de planejamento e de controles financeiros. É preciso, além de projetar, agir com habilidade no sentido de neutralizar ou minimizar as situações desfavoráveis à empresa, uma vez que o fluxo de caixa é utilizado como base de análise gerencial, sendo um instrumento de gestão financeira rotineira da empresa, bem como planejamento e tomada de decisões.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Ribeiro(2010) afirma que a DFC é um relatório contábil que tem como finalidade evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa. O fluxo de caixa, portanto, compreende o movimento de entradas e saídas de dinheiro na empresa.

Conforme Brasil (2007), a DFC, é um demonstrativo contábil obrigatório apenas para as empresas com patrimônio líquido superior a dois milhões de reais. Apesar das micro e pequenas empresas não serem obrigadas, elas podem se utilizar da DFC para fins gerenciais.

Para Matarazzo (2010) a DFC é que reúne todas as informações do fluxo de caixa, ou seja, toda a entrada e saída de recursos financeiros, por meio desse demonstrativo que se pode saber se a empresa foi autossuficiente no financiamento de seu giro e qual a capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações.

Ferreira (2010, p. 667) aponta que a (DFC) mostra as modificações ocorridas na empresa, num determinado período, por meio da exposição do fluxo de recebimento e pagamento. Ainda aponta que a DFC toma conhecimento das entradas e saídas sofridas pela empresa em seu exercício, ou seja, seus valores monetários. ASSAF (2010, p. 98) aponta que a DFC concentra suas atenções nas origens dos recursos que participaram do exercício da empresa naquele período, assim revela onde foram obtidos os recursos de caixa e onde foram investidos esses recursos.

MARION, (2010, p. 55), aponta que a DFC indica as alterações que ocorrem no exercício de saldo de caixa e equivalentes de caixa, apoiadas nas entradas e saídas dos Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

As demonstrações dos fluxos de caixa têm o objetivo de apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as modificações ocorridas no “Caixa” de uma empresa durante um exercício social. (MONTOTO, 2012)

Montoto (2012) ainda define que a (DFC) é a representação do fluxo financeiro da empresa em determinado período, por meio dele é avaliado a entrada e saída de caixa, tal como as aplicações feitas pela empresa. Através da DFC o gestor financeiro pode identificar se há escassez ou se há saldo disponível para aplicações ou para fazer investimentos na própria empresa.

Conforme Oliveira et al (2008) a DFC representa as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes de caixa durante o exercício social das empresas. Adicionalmente, propicia o usuário da demonstração, à possibilidade de analisar como foram obtidos e como foram aplicados os recursos durante a atividade da empresa, decorrentes da integração do controle de contas a receber e contas a pagar.

Padoveze (2007) conceitua a DFC como sendo a disponibilidade imediata dentro dos regimes de caixa, mostrando a modificação ocorrida no saldo de disponibilidades da empresa durante determinado período por meio do fluxo de recebimento e pagamento.

De acordo com Gitman (2004) a “DFC fornece um resumo dos fluxos de caixa durante um dado período, geralmente do ano recém-encerrado”. Neste sentido, a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entra no caixa e toda aplicação do dinheiro que saiu do caixa em determinado período, resultando o fluxo financeiro.

Matarazzo (2008, p. 363) finaliza “a demonstração do fluxo de caixa é uma das demonstrações financeiras mais úteis, não divulgadas pelas empresas. A DFC é uma das peças imprescindíveis nas mais elementares atividades empresariais”.

Para Marion (2008) a DFC é um importante instrumento na tomada de decisões e sem ela se torna impossível prever quanto à empresa terá de receitas e despesas no período, impossibilitando que o gestor se programe para uma possível escassez ou que invista possíveis lucros na própria empresa ou no mercado de ações. É importante frisar que sem esse controle, no caso de escassez de caixa para honrar com seus compromissos, o gestor fica a mercê de taxas de juros altíssimos, por falta de uma análise coerente na DFC a empresa pode sair à procura de recursos que se tornarão inviáveis e que acarretarão em possíveis perdas de caixa prejudiciais que podem levá-la ao insucesso.

Segundo Campos (2006) com o acirramento da competitividade entre as empresas para conquistar mais clientes, as decisões a serem tomadas pelos

gestores necessitam ser rápidas e eficazes, necessitando para tanto, que sejam subsidiadas por ferramentas que forneçam as informações necessárias à análise.

As informações são a base para que as tomadas de decisões levem a organização a dar passos longos e seguros, perpetuando-se cada vez mais no mercado brasileiro, visto que por falta de um bom gerenciamento, muitas empresas põem em risco sua saúde financeira e como consequência acaba falindo por falta de análise e acompanhamento das demonstrações, dentre elas o Fluxo de Caixa. Faz-se necessário um melhor acompanhamento por parte dos gestores, no sentido incluir a DFC como relatório base para efetuar sua tomada de decisões.

A elaboração da DFC é obrigatória para as companhias abertas e para as companhias fechadas com patrimônio líquido, no exercício social anterior, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O fato de não ser obrigatório a elaboração da DFC para a maioria das empresas, não significa que não seja importante tê-la em mãos, pois as empresas que se preocupam em manter-se em um mercado cada vez mais competitivo devem se munir de todas as ferramentas possíveis para se solidificarem em um mercado que exige rapidez nas informações e mais ainda quando o assunto é tomar decisões. (VICECONTI, NEVES, 2013).

Para Marion (2008) entre as três principais razões de falências ou insucessos de empresas, uma delas é a falta de planejamento financeiro ou a ausência total de controle de caixa e a previsão de futuras saídas (projetar as receitas e as despesas da empresa). Assim justifica-se o uso da DFC independente do porte da empresa.

O mercado como um todo impõe muitas adversidades, e é preciso que os administradores sejam amparados com as ferramentas que os possibilitem tomar as melhores decisões, a contabilidade leva aos gestores uma vasta lista de relatórios contábeis que podem auxiliá-los quando o assunto é a tomada de decisões, sabemos que é grande o número de empresas que fecham suas portas em nosso país, das muitas razões para a mortandade das empresas está à falta de levantamento e acompanhamento das demonstrações financeiras (DFC) essa sem dúvida se mostra como uma importante ferramenta na tomada de decisões de toda e qualquer empresa, seja ela nova ou antiga no mercado.

MARION (2009) defende o uso da DFC como importante instrumento na tomada de decisões e enfatiza que sem tal ferramenta se torna impossível prever quando a entidade precisará de financiamentos (isso fará com que ela procure recursos geralmente inviáveis, que acarretarão juros altos que poderão causar

perdas prejudiciais à entidade) nem quando a mesma terá recursos em excedente para efetuar aplicações, o que poderá gerar posteriormente insucesso em suas finanças.

Ainda de acordo com o autor, a maioria dos escritórios de contabilidade que presta serviços às micro e pequenas empresas (em torno de 90% das empresas brasileiras) não faz a DFC, comprometendo o sucesso gerencial de seus clientes (MARION, 2009, p. 119).

Diante do exposto ratifica-se a importância da DFC como forte instrumento na tomada de decisões, por meio desta tão importante ferramenta podem-se medir resultados de um período e consequentemente fazer suas projeções e planejamentos, evitando resultados negativos que possam eventualmente levar a entidade a ter prejuízos em suas operações. Também se nota a grande necessidade de se inserir no campo contábil a elaboração da DFC, como foi exposto a cima cerca de 90% dos profissionais da área contábil não se preocupa em elaborar e apresentar aos gestores das empresas a qual prestam serviço tal ferramenta, uma vez diante da DFC o administrador poderá analisar as informações e tomar suas decisões de forma eficaz e eficiente.

2.4.1 Estrutura da DFC

A elaboração de uma DFC se faz de várias maneiras, pois cada pessoa ou empresa poderia realizar o controle da entrada e saída de caixa conforme seus próprios entendimentos. Porém, segundo Lamas e Gregório (2009), “ao se elaborar uma DFC estruturada em normas, é possível comparar o desempenho operacional entre diferentes empresas, uma vez que elimina os efeitos desiguais dos possíveis tratamentos contábeis”.

Em razão da necessidade de uniformização das demonstrações contábeis, torna-se necessário que algumas regras sejam respeitadas na elaboração da DFC. A norma contábil responsável por esta normatização no Brasil é o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse pronunciamento determina a estruturação da DFC em três atividades: operacionais, de investimentos e de financiamentos.

De acordo com Ribeiro (2010) a Lei 6.404/1976 não fixou um modelo de DFC a ser elaborado por todas as empresas. Ela limitou-se a estabelecer no inciso I do artigo de 188 que a DFC deverá indicar no mínimo as alterações ocorridas, durante

o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

A estrutura de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa deve ser dividida, segundo a Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, em três atividades, que são: atividades operacionais, atividades de financiamentos e atividades de investimentos (ALMEIDA; BRAGA, 2008).

Segundo Ribeiro (2010) pela grande importância que as informações contidas na DFC representam para análise conjunta com as demais demonstrações financeiras, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), por meio da NPC (Normas e Procedimentos de Contabilidade) nº 20, de abril de 1999 – fundamentado nas práticas habituais que vinham sendo adotadas nos Estados Unidos e na Europa, onde a elaboração da DFC também era obrigatória, apresenta orientações para a elaboração desse significativo relatório contábil no Brasil.

A estrutura da DFC normalmente é dividida em três categorias de atividades: Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos.

Borinelli e Souza (2012) descrevem o fluxo das atividades operacionais as transações que afetaram o caixa com base nas operações da empresa, sendo efeitos diretos das receitas, ganhos, despesas e perdas que ocorreram no período e representadas na Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE).

Para Ribeiro (2010) os fluxos das atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da empresa. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento de funcionários, etc.

Sobre os fluxos de atividades de investimento, Padoveze (2012) relata ser a representação dos valores a serem aplicados nos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos de caráter de permanência. O autor ainda complementa “basicamente essas aplicações têm como foco o futuro do empreendimento, ou seja, preparam a empresa para as operações futuras. Contemplam também os investimentos”.

Para Ribeiro (2010) as atividades de investimentos compreendem as transações com os Ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras empresas e de Ativos utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da empresa. É importante citar que as atividades de investimento não compreendem a aquisição de Ativos com o objetivo de revenda.

Segundo Vieira (2005) o resultados destas atividades produz impacto relevante sobre o fluxo de caixa e precisa ser analisado cuidadosamente para que se possa ter uma visão sobre a maneira pela qual a organização gerou e consumiu recursos em certo período.

As atividades de financiamentos de acordo com Ribeiro (2010) incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Para Borinelli e Souza (2012) o fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos demonstra as transações de caixa referente à forma de financiamentos da organização. “Incluem o capital próprio (proprietários, acionistas, cotistas) e outros credores (bancos, debêntures, etc)”. O autor complementa “geralmente, a tomada de recursos ocorre quando o fluxo da atividade operacional não está gerando caixa necessário para os objetivos da empresa”.

2.4.1.1 Atividades Operacionais

As atividades operacionais se referem ao montante dos recursos que a empresa gerou através de sua atividade-fim. Farão parte dessas atividades os elementos relacionados com a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). As contas pertencentes ao Balanço Patrimonial, mas que foram originadas de transações ligadas às receitas, custos e despesas, também deverão ser consideradas, por exemplo: as contas a receber (relacionadas com as vendas a prazo), os estoques (relacionados com os custos), os fornecedores (relacionados com as compras a prazo) e as contas a pagar (relacionadas com as despesas).

Segundo a FIPECAFI (2010, p.567), as atividades operacionais “envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento”.

Como exemplos de atividades operacionais, poderão ser classificadas como entradas as vendas à vista, o recebimento de clientes e o recebimento de juros, e como saídas, o pagamento de fornecedores, o pagamento de impostos e o pagamento de despesas diversas.

São exemplos de atividades operacionais os recebimentos de clientes oriundos das vendas de bens e de serviços, pagamentos a fornecedores, de impostos que incidem sobre a receita bruta, de despesas administrativas, de despesas com vendas e de impostos que incidem sobre o lucro. Os fluxos de caixa relacionados

com os impostos que incidem sobre o lucro devem ser apresentados nas atividades operacionais, exceto se puderem ser identificados especificamente como atividades de investimentos e de financiamentos (ALMEIDA; BRAGA, 2008).

São classificadas nessa categoria aquelas atividades normalmente decorrentes da operação da empresa, tais como: recebimento pela venda de produtos e serviços; pagamento de fornecedores; despesas operacionais; salário; encargos sociais e outros recebimentos (BENEDICTO; SALAZAR, 2004).

Segundo Iudícibus e Marion (2007, p. 225) atividades operacionais “compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento dos funcionários”.

“São operações do empreendimento que afetam o Ativo Circulante e o Passivo Circulante” (BENEDICTO; SALAZAR, 2004).

Normalmente, o caixa é gerado pela venda de bens e serviços, tendo como subtração as despesas operacionais, impostos, participações, etc. São as transações ligadas ao objeto social da empresa.

2.4.1.2 Atividades De Investimentos

As atividades de investimento se referem às transações onde a empresa utilizou as sobras de caixa e aplicou, investiu recursos visando um benefício futuro.

Dessa forma, quando há recurso disponível que possa ser investido pela empresa, ela pode emprestá-lo para terceiros ou investi-lo na compra de ativos fixos classificados como investimento, imobilizados ou intangíveis no Balanço Patrimonial. Quando a empresa adquire um determinado ativo fixo, isso representará uma saída de caixa e, quando vende algum desses ativos, representará uma entrada de caixa.

Na IAS 7, a importância da divulgação separada de fluxos de caixa de atividades de investimento é destacada, onde diz ser “importante porque os fluxos de caixa representam a extensão dos gastos efetuados com recursos destinados a gerar receita e fluxos de caixa futuros” (IASCF, 2008, p.862).

Farão parte das atividades de investimento todas as transações relacionadas com o ativo não circulante do Balanço Patrimonial. Como exemplos de entradas têm-se as vendas de investimento, as vendas de imobilizado e o recebimento de empréstimos, e como exemplos de saídas, têm-se as aquisições de investimento, de imobilizado e de ativos intangíveis.

As aquisições de ativos permanentes, bem como a venda destes itens devem ser destacadas aqui. As participações em outras empresas também entram neste item. “Atividades de investimento envolvem em adquirir ou se desfazer de ativos produtivos de longo prazo, tais como terrenos, prédios e equipamentos, fornecer dinheiro e cobrar esse serviço na qualidade de fornecedor desses fundos e comprar títulos” (BENEDICTO; SALAZAR, 2004, p. 116).

“Compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade” (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 226).

As atividades de investimento envolvem aquisições ou vendas de ativo permanentes. Estas são as atividades que fazem parte do fluxo de caixa, que influem em seu ciclo e são áreas de decisões empresariais, já que para se fazer novos financiamentos ou novos investimentos ou projeções de vendas, toma-se como base o fluxo de caixa. Englobam as transações de concessão e recebimento de empréstimos, compra e resgate de títulos financeiros, aquisição e venda de participações em outras sociedades. Não compreendem, porém, as aquisições de ativos com o objetivo de revenda.

Segundo Vieira (2005, p. 181) “o resultado destas atividades produz impacto relevante sobre o fluxo de caixa e precisa ser analisado cuidadosamente para que se possa ter uma visão sobre a maneira pela qual a organização gerou e consumiu recursos em certo período”.

Os exemplos de atividades de investimentos são os pagamentos de ativos imobilizados, de ativos intangíveis, de investimentos, os recebimentos por vendas de ativos imobilizados, por vendas de ativos intangíveis e por venda de investimentos (ALMEIDA; BRAGA, 2008).

2.4.1.3 Atividades de Financiamentos

As atividades de financiamento, ao contrário das atividades de investimento, referem-se às transações onde a empresa toma recursos emprestados, geralmente, quando há uma escassez de caixa. Os recursos podem ser captados tanto de terceiros, quanto dos próprios proprietários ou sócios das empresas. (FIECAFI, 2010)

Farão parte da atividade de financiamento todos os elementos relacionados com o exigível em longo prazo, o patrimônio líquido e os financiamentos e empréstimos de curto prazo, localizados no passivo circulante, todos localizados no Balanço Patrimonial.

Para as atividades de financiamento, podem-se citar como exemplos de entradas de recursos, os aumentos de capital, as emissões de novas ações e os empréstimos e financiamentos tomados, e como exemplos de saídas, os pagamentos de dividendos, as recompras de ações da empresa e os pagamentos de empréstimos e financiamentos.

Algumas transações podem não ser percebidas somente pelas informações do Balanço Patrimonial e da DRE, necessitando da utilização de uma outra demonstração contábil, como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As empresas obtêm caixa por meio de financiamentos e aporte de capitais. As amortizações de financiamentos e o pagamento de dividendos aparecem neste item: a captação de recursos e amortização dos recursos captados. “Atividades de financiamento envolvem a obtenção de recursos pela tomada de empréstimos de curto e de longo prazo, pela emissão de títulos de dívida de curto prazo e de ações, bem como o pagamento de dividendo aos acionistas” (BENEDICTO; SALAZAR, 2004, p. 116).

Para Iudícibus e Marion (2007, p. 226) as atividades de financiamentos “incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendo, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração”.

Nessa atividade incluem-se a captação de recursos dos proprietários ou acionistas; a devolução dos recursos e os rendimentos desses recursos em forma de dividendos ou não; a captação de empréstimos de terceiros, sua amortização e remuneração e a obtenção e amortização de outros recursos classificados no longo prazo.

Os exemplos de itens da atividade de financiamento são os recebimentos por integralização do capital social, de empréstimos, os pagamentos por devolução do capital aos acionistas, de dividendos, de empréstimos (ALMEIDA; BRAGA, 2008).

2.4.2 Transações que devem Integrar a DFC

De acordo com Ribeiro (2010) as transações que devem integrar a DFC são:

a) Entradas(*Atividades Operacionais*)

- Recebimento de clientes decorrentes de vendas, à vista, de mercadorias, serviços ou de outros bens.
- Recebimento proveniente de descontos de duplicatas referentes à venda de bens ou da prestação de serviços a prazo.
- Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos, sobre financiamentos relativos a venda de bens do Ativo Circulante ou a prestação de serviços, ou, ainda, sobre aplicações financeiras.
- Recebimento das demais receitas operacionais realizadas ou não, ou, ainda, daquelas já realizadas e devidamente contabilizadas em contas representativas de direito.
- Recebimento pela venda ou resgate de títulos e valores imobiliários, exceto aqueles considerados investimento.
- Recebimento de dividendos por participação no capital de outras empresas.
- Recebimento de indenizações por sinistros ocorridos em bens ou insumos destinados à produção ou à venda.
- Todos os demais recebimentos, desde que não se enquadrem como atividades de investimentos ou de financiamentos. Exemplos: os reembolsos recebidos de fornecedores decorrentes de devoluções de compras de mercadorias serão classificadas como atividades operacionais, enquanto os reembolsos recebidos de fornecedores decorrentes de devolução de bens do Ativo Não Circulante serão classificados como atividades de investimento.

b) Saídas(*Atividades Operacionais*)

- Pagamentos efetuados a fornecedores em decorrência de compra à vista de mercadorias ou de serviços ou ainda de outros bens do Ativo Circulante.
- Pagamento de duplicatas a fornecedores, em decorrência de compras de mercadorias ou de serviços, ou, ainda, de outros bens do Ativo Circulante, efetuadas a prazo.
- Pagamento de juros e descontos comerciais ou financeiros e de outras despesas financeiras.
- Pagamento de despesas em geral: antes da ocorrência de seus fatos geradores (despesas antecipadas), no momento da ocorrência de seus fatos

geradores e após a ocorrência de seus fatos geradores (já devidamente apropriadas e registradas em conta contas de obrigação).

- Pagamentos aos governos Federal, Estadual e Municipal, referentes a tributos: Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido, taxas diversas, etc.
- Pagamento ou recolhimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras.
- Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificáveis no Ativo Circulante.
- Outras saídas de Caixa desde que não se enquadrem entre atividades de investimentos ou financiamentos, como: adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens classificáveis no Ativo Circulante ou para a utilização de serviços; reembolsos a clientes em decorrência de vendas canceladas ou de abatimentos concedidos, etc.

a) Entradas (*Atividades de Investimentos*)

- Recebimento do principal decorrente de empréstimos ou financiamentos efetuados a terceiros.
- Resgate de aplicações financeiras, exceto as Equivalentes de Caixa ou outras do Ativo Circulante.
- Recebimento pela venda de título de investimentos de outras empresas.
- Recebimento pelo resgate de participações em outras empresas.
- Recebimentos decorrentes de vendas de bens de uso da empresa ou de outros bens do Ativo Não Circulante.
- Juros recebidos de contratos de mútuos.

b) Saídas (*Atividades de Investimentos*)

- Desembolsos relativos à concessão de empréstimos a terceiros.
- Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificáveis no Ativo Realizável à Longo Prazo.
- Pagamentos pela aquisição de títulos e valores mobiliários de outras empresas, classificáveis no Ativo Não Circulante.
- Pagamentos relativos à aquisição de bens de uso, classificáveis no Ativo Imobilizado.

a) Entradas (*Atividades de Financiamentos*)

- Recebimento de recursos financeiros dos proprietários como realização do capital ou pela venda de ações emitidas.
- Empréstimos obtidos a curto e longo prazo, com emissão de notas promissórias, debêntures, letras hipotecárias, títulos de dívida, etc.
- Recebimento de juros decorrentes de empréstimos efetuados a terceiros.
- Recebimento de recursos financeiros decorrentes de doações de caráter permanente ou temporário, com finalidade exclusiva de aquisição, construção ou de expansão, incluídos bens de uso classificáveis no Ativo Imobilizado.

b) Saídas (*Atividades de Financiamentos*)

- Pagamentos ao proprietário, sócios ou acionistas referentes a reembolso de seus investimentos no capital da empresa, ou referentes a pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outras distribuições.
- Pagamento de empréstimos obtidos.
- Pagamento de juros sobre empréstimos obtidos.

2.4.3 Transações que não devem Integrar a DFC

Segundo Ribeiro (2010) sendo o objetivo de a DFC apresentar as transações que correspondem a entradas e saídas de recursos financeiros na empresa, obviamente, aquelas transações que não movimentam dinheiro não devem integrá-la. São eventos dessa natureza:

- Aumentos de capital com o aproveitamento de reservas.
- Aumentos de capital com conversão de obrigações de curto ou de longo prazo.
- Aumentos de capital com integralização em bens do Ativo Imobilizado.
- Recebimento de doações, exceto em dinheiro.
- Transferências de valores do exigível a longo prazo para o Passivo Circulante e do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante.
- Distribuição de dividendos, enquanto não forem pagos. Essa transação reduz o Patrimônio Líquido e aumenta o Passivo Circulante, porém, não movimenta o caixa.

2.4.4 Métodos de Elaboração da DFC

Para Viceconte e Neves (2013) em relação aos fluxos de caixa operacionais, a DFC pode ser elaborada através de dois métodos: o direto e o indireto:

- O método direto consiste em mensurar diretamente as entradas e saídas de caixa ou equivalentes de caixa (Disponível) derivados das atividades operacionais.
- O método indireto procura reconciliar o lucro líquido do exercício como o caixa gerado pelas atividades operacionais, mostrando quanto desse lucro se converteu efetivamente em caixa ou equivalentes-caixa, evidenciando as parcelas de lucro que foram aplicadas em outros grupos do Ativo ou Passivo Circulante.

Iudícibus et al., (2010) define o método direto como a representação das entradas e saídas brutas de caixa e dos elementos principais no que se refere a atividade operacional, como por exemplo, os valores recebidos pelas vendas de produtos ou pela prestação de serviço e ainda os pagamentos a fornecedores e despesas com folha de pagamento. Afirma, ainda, o autor que o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da conciliação.

Conforme estabelece o item 11 da NPC nº 20/1999, a DFC para um determinado período ou exercício deve apresentar o fluxo de caixa oriundo ou aplicado nas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos e o seu efeito líquido sobre os saldos de caixa, conciliando seus saldos no início e no final do período ou exercício.

Existem dois métodos que podem ser adotados para a estruturação da DFC: método direto e método indireto. De acordo com Ribeiro (2010) para elaboração de DFC, seja pelo método direto ou indireto, os dados são coletados dos Balanços do Exercício (atual e anterior) e da DRE do exercício atual, além de consultas em fichas de Razão de algumas contas. Tanto na DFC direta quanto na indireta, as informações apresentadas no grupo das Atividades de Investimentos e de Financiamentos são as mesmas. O que muda é a forma de apresentar a origem e o destino do dinheiro em decorrência das atividades operacionais.

Segundo Silva (2010) o método direto é elaborado através da análise de diversos dados da empresa: recebimento de clientes, pagamento a fornecedores, pagamento de despesas financeiras, receitas financeiras, compra de imobilizado, etc. Esse método permite visualizar claramente o montante que a empresa recebeu de clientes, pagou para fornecedores e pagou de despesas, por exemplo.

De acordo com Chingetal (2003) o método indireto inicia com o lucro líquido do Demonstrativo de Resultados reconciliando então com o caixa líquido das operações. Os elementos nas linhas intermediárias – como depreciação, aumento nas contas a receber e aumento nos estoques – explicam por que o lucro difere do caixa resultante das operações. Sendo esse o ponto forte do método indireto. Porém, esse método não demonstra os detalhes operacionais, como cobrança dos clientes e pagamento aos fornecedores, impostos e outros.

Na concepção de Marion (2008) as principais diferenças entre esses métodos:

A DFC pelo método direto é também denominada Fluxo de Caixa no Sentido Restrito. A maioria se refere a ele como o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, porque, (...) nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que realmente concorreram para a variação das disponibilidades no período. Já o Método Indireto é estruturado por meio de um procedimento semelhante ao da DOAR - podendo mesmo ser considerado como uma ampliação da mesma. O mesmo consiste em ampliar à análise dos itens não circulantes – própria daquele relatório – as alterações ocorridas nos itens circulantes (passivo e ativo circulante), excluindo, logicamente, as disponibilidades, cuja variação busca-se demonstrar.

Para Silva (2010) o método indireto, assim como o direto, chegará ao resultado do fluxo de caixa líquido do período, a diferença crucial entre eles é o detalhamento do demonstrativo. O método indireto parte do lucro líquido e faz diversos ajustes até chegar ao resultado final, enquanto o método direto parte das atividades operacionais da empresa.

2.4.4.1 Método Direto

De acordo com Ribeiro (2010) o método direto demonstra todos os desembolsos e ingressos decorrentes da atividade operacional das empresas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: DFC – MÉTODO DIRETO.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL \$
Fluxos de caixa originados de: 1.ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores recebidos de clientes	
Valores pagos a fornecedores e empregados	

Imposto de renda e contribuição social pagos	
Pagamentos de contingências	
Recebimentos por reembolso de seguros	
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	
Aquisição de ações/cotas	
Recebimentos por vendas de ativos Não Circulantes	
Juros recebidos de contratos de mútuos	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	
Pagamentos de lucros e dividendos	
Juros recebidos de empréstimos	
Juros pagos por empréstimos	
Empréstimos tomados	
Pagamentos de empréstimos/debêntures	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	
4. Aumento (Redução) nas disponibilidades (1+/-2+/-3)	
5. Disponibilidades -no início do período	
6. Disponibilidades -no final do período (4+/-5)	

NPC nº 20/1999 – Ribeiro (2010)

No método direto as entradas e saídas operacionais são apresentadas de forma direta. Chingetal, (2003, p. 83) explica:

Método direto, as entradas e saídas operacionais são mostradas de forma simples e direta, sendo que vem primeiro as entradas e depois as saídas, ou seja, sua apresentação é de fácil compreensão mesmo pelas pessoas que têm pouco ou nenhum conhecimento em contabilidade financeira. A empresa simplesmente distribui as entradas e as saídas de caixa em sua conta bancária de um período, tais como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento e relata o saldo como movimentação ou geração de caixa, podendo ser positiva ou negativa

O método direto é explicado por Borinelli e Souza (2012) como o método que demonstra todos os desembolsos e ingressos decorrentes da atividade operacional das empresas: as compras à vista, o pagamento das duplicatas decorrentes das compras a prazo, o pagamento das despesas operacionais como salários, encargos, demais despesas administrativas, gerais e comerciais; as vendas à vista, o recebimento das duplicatas por vendas a prazo e outros recebimentos decorrentes das atividades sociais da empresa.

Em um breve resumo o método direto elabora a DFC a partir da movimentação direta ocorrida no caixa da empresa, demonstrando todos os itens que tenham provocado entrada ou saída de caixa.

No método direto as atividades operacionais são elaboradas utilizando os reais recebimentos de clientes, pagamentos de fornecedores e pagamentos de despesas. Segundo a FIPECAFI (2010, p.573), “o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados”.

De acordo com o método direto consiste em mensurar diretamente as entradas e saídas de caixa ou equivalentes de caixa (Disponível) derivados das atividades operacionais. IUDÍCIBUS et al., (2010) ainda define o método direto como a representação das entradas e saídas brutas de caixa e dos elementos principais no que se refere a atividade operacional, como por exemplo, os valores recebidos pelas vendas de produtos ou pela prestação de serviço e ainda os pagamentos a fornecedores e despesas com folha de pagamento.

ERNEST, YOUNG (2010), define método direto, pelo qual são divulgadas as principais classes dos recebimentos de caixa bruto e os pagamentos de caixa bruto.

Para Ribeiro (2010) através do método direto os bensoriginários das operações são indicados com os recebimentos e pagamentos decorrentes das operações normais realizadas durante o período. Evidencia-se ainda, que o método direto é de fácil entendimento por não informar as entradas e saídas de recursos pelas variações nas contas operacionais ativas e passivas.

Esse método tem como idéia apurar e informar as entradas e saídas de caixa das atividades operacionais com seus volumes brutos. É algo bem simples de ser entendido pelo usuário, pois as movimentações de dinheiro seguem uma ordem direta, como se faz com a administração do caixa pessoal. Parte dos componentes

da Demonstração de Resultados e os ajustes pelas variações nas contas circulantes do balanço vinculadas às operações. Por isso, é útil criar uma coluna para expressar as variações positivas ou negativas de cada conta dos balanços comparados (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003, p. 403).

2.4.4.2 Método Indireto

Conforme cita Padoveze (2012), o método indireto evidencia a movimentação do saldo de caixa no período, partindo da geração de caixa através da demonstração de resultados e das variações dos elementos patrimoniais do balanço que geram ou necessitam de caixa.

De acordo com Ching; Marques; Prado (2003, p. 83) o método indireto começa com o lucro líquido do Demonstrativo de Resultados e reconcilia com o caixa líquido das operações. Os itens das linhas intermediárias – como depreciação, aumento no contas a receber e aumento nos estoques explica por que o lucro difere do caixa resultante das operações. Esse é o ponto forte do método indireto. Por outro lado, esse método não demonstra os detalhes operacionais, como cobrança dos clientes e pagamento aos fornecedores, impostos e outros.

De acordo com Iudícibus, Martins, Gelbcke (2003), o método indireto consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado (tais como depreciação, amortização e exaustão), mas que não modificam o caixa da empresa. Conforme demonstra Ribeiro (2010) no modelo a seguir:

QUADRO 2: DFC – MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL \$
1. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado do exercício/período	
Depreciação e amortização	
Resultado na venda de Ativos Não Circulante	
Equivalência Patrimonial	
Pagamentos de contingências	
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	

Outros recebimentos (pagamentos) líquidos Variações nos Ativos e Passivos	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	
2. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Compras de imobilizado	
Aquisição de ações/cotas	
Recebimentos por vendas de ativos Não Circulantes	
Juros recebidos de contratos de mútuos	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	
3. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de capital	
Pagamentos de lucros e dividendos	
Juros recebidos de empréstimos	
Juros pagos por empréstimos	
Empréstimos tomados	
Pagamentos de empréstimos/debêntures	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	
4. Aumento (Redução) nas disponibilidades (1+/-2+/-3)	
5. Disponibilidades -no início do período	
6. Disponibilidades -no final do período (4+/-5)	

NPC nº 20/1999 – Ribeiro (2010)

Viceconte e Neves (2013) explicitam que o método indireto do demonstrativo do fluxo de caixa “consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas que não modificam o caixa da empresa”. Enquanto, o demonstrativo do fluxo de caixa pelo método direto demonstra “os recebimentos e pagamentos derivados das atividades operacionais da empresa em vez do lucro líquido ajustado”.

3. DEFINIÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

O interesse pelo estudo do fluxo de caixa surgiu em 1961, com a publicação da Accounting Procedures Board (APB) e a publicação do Financial

and Accounting Standards Board (FASB), em 1987, que estabeleceram normas obrigatórias para a elaboração do fluxo de caixa para empresas de capital aberto a partir de 15 de julho de 1988 (SÁ).

No Brasil, a lei 11638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007 que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008, alterou e introduziu novos 18 dispositivos à lei das sociedades por ações (lei nº 6404/76), cujo principal objetivo foi à alteração das regras contábeis (BRASIL, 2007).

A lei 11638/07 apresentou mudanças na demonstração de fluxo de caixa, alterando a lei da contabilidade brasileira para os padrões internacionais e, assim, poder promover a promoção do investimento estrangeiro (MARION, 2010. pag. 219).

O fluxo de caixa é um instrumento de análise financeira da empresa, esta ferramenta que mostra aos gestores como está a situação financeira da organização, como está o nível de caixa para cumprir os compromissos da empresa e fazer novos investimentos com as sobras de caixa. (SILVA, 2010)

Padoveze (2007) define fluxo de caixa, como representação efetiva entrada ou saída de numerário, valores pagos ou recebidos, onde não se indaga se estão com ou sem impostos. Apenas se registra exatamente o valor financeiro efetivado na operação. Complementa o autor que o fluxo de caixa constitui-se na demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro, ou seja, é a previsão de entradas e saídas dos recursos monetários, por um determinado período.

De acordo com Silva (2004, p. 474), “o fluxo de caixa é considerado por muitos analistas um dos principais instrumentos de análise, propiciando-lhes identificar o processo de circulação do dinheiro, através da variação de caixa (e equivalentes)”.

CARLIN (2010, p. 82), define caixa como numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalente de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e os fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

“Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins” (CARLIN, 2010, p. 83).

Ribeiro (2010) define equivalentes de caixa como as contas representativas de aplicações financeiras que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata. Desse modo, equivalentes de caixa abrangem todos os investimentos efetuados pela empresa, resgatáveis em três meses e que tenham altíssima liquidez. São sobras de caixa aplicadas no mercado financeiro, cujas operações se caracterizam pela finalidade não especulativa, bem como a possibilidade de serem resgatadas imediatamente, no momento em que a empresa desejar.

Silva (2010) evidencia que no mundo moderno as transações das empresas não envolvem somente o caixa, pois os pagamentos podem ser efetuados de diversas maneiras, por exemplo, via internet, transferências eletrônicas e cheques. Desta forma, a expressão fluxo de caixa, deve ter uma amplitude maior, envolvendo os pagamentos e recebimentos em geral.

O autor ainda complementa ao dizer que o conceito de caixa envolve entradas e saídas. Em suma, o fluxo de caixa é a movimentação dessas entradas e saídas, que definem entradas como vendas, recebimento de duplicatas a receber, saídas como despesas administrativas, fornecedores, entre outros, este fluxo de entrada e saída de dinheiro é que define o fluxo de caixa.

De acordo com Marion (2008), todos nós temos nosso fluxo de caixa mensal, até mesmo as crianças que ganham mesada tem seu fluxo financeiro. Ele ainda afirma que uma pessoa, por menos instrução que ela tenha, ela tem a necessidade de gerenciar seus pagamentos e recebimentos. Algumas pessoas tem maior controle de suas finanças do que outras, neste caso, essas têm menos chances de passarem por problemas financeiros. Dessa forma também funcionam as empresas, as que possuem um controle de fluxo de caixa mais adequado, tem maior chance de prosperar.

Assaf Neto e Silva (2010) definem fluxo de caixa como um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas. É necessário conhecer o fluxo de caixa, para que o valor gerado, se existente, seja mais bem aplicado e no caso de faltas, torna-se mais fácil identifica-las com antecedência para buscar melhores soluções.

Zdanowicz (2007) afirma que “fluxo de caixa é o instrumento que relaciona o futuro conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período”. Já na concepção de Sá (2008) o conceito de fluxo de

caixa é definido como sendo “o método de captura e registro dos fatos e valores que provoquem alterações no saldo de caixa e sua apresentação em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise”.

Para Marques (2010) desenvolver o fluxo de caixa é saber como organizar adequadamente o sistema financeiro referente à movimentação diária de numerários e sua influência no sistema empresarial organizacional. O fato é que independentemente do porte e da natureza operacional da empresa, seja grande ou pequena, indústria, comércio ou prestadora de serviços, não é possível gerenciá-la sem o acompanhamento do fluxo de caixa.

3.1 OBJETIVOS DO FLUXO DE CAIXA

O objetivo da DFC é mostrar as operações financeiras que são realizadas diariamente, principalmente no momento da entrada e saída do dinheiro em caixa, facilitando o controle das atividades desenvolvidas na empresa para que os recursos sejam aplicados de forma rentável. Neste caso, acompanhar, anotar e comprovar tudo o que acontece na gestão financeira da empresa é uma forma objetiva de controlar, com isso é possível atingir os objetivos da DFC. (SÁ, 2008)

O fluxo de caixa tem como objetivo básico, a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa. (MARQUES 2010)

Para Silva (2010) o fluxo de caixa tem por objetivo auxiliar o gestor ou administrador financeiro a tomar decisões, da situação do caixa da empresa. Entende-se por finalidades: planejar as entradas e saídas de caixa, avaliar a situação de caixa da empresa, auxiliar a tomada de decisão financeira da empresa, permitir ajustes financeiros na empresa conhecendo antecipadamente a sua situação financeira, planejar a contratação de empréstimos ou investimentos, avaliar o impacto do aumento ou diminuição das vendas de uma empresa e informar à capacidade que a mesma tem para liquidar seus compromissos financeiros e maximizar o rendimento das aplicações das sobras de caixa. (SILVA, 2010)

Marion (2008) explica que o “DFC é um instrumento de planejamento financeiro, que tem por finalidade fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período”.

Ferreira (2003) evidencia dez objetivos principais da DFC. São eles:

1. Analisar e controlar as decisões financeiras importantes que são tomadas na administração da empresa;
2. Autorizar o planejamento dos desembolsos conforme a disponibilidade de caixa, evitando o acúmulo de compromissos excessivos na mesma época;
3. Cuidar para que se consiga linha de crédito a ser obtido junto às instituições financeiras;
4. Planejar as entradas e desembolsos de caixa de forma prudente, autorizando então determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos;
5. Certificar se os valores em excesso de caixa estão sendo devidamente aplicados;
6. Indicar o total de recursos próprios que a empresa dispõe em dado período;
7. Destinar os lucros da empresa da melhor forma possível e também não deixar de analisar recursos de terceiros que possa satisfazer as necessidades da empresa;
8. Traçar um projeto de pagamento de débito, avaliar a capacidade do caixa da empresa, se ele faz dinheiro hoje e demonstra capacidade de fazê-lo no futuro;
9. Estudar a possibilidade de futuramente poder comprometer o capital da empresa;
10. Cooperar e agregar toda e qualquer atividade da empresa, tornando assim o controle financeiro, possibilitando o intercâmbio dos diversos departamentos da empresa com a área financeira, promovendo assim uma visão geral da situação financeira e administrativa.

Zdanowicz (2007) relata que é admissível entender a importância de se saber administrar a DFC, tendo em vista como pode ser útil para evitar, como por exemplo, a falência de uma empresa. Pois a DFC objetiva a maximização das aplicações dos recursos dentro da empresa, pois, toda empresa deve visar sempre direcionar os seus referidos recursos para as atividades mais lucrativas, refletindo diretamente em resultados mais positivos para a empresa.

Conceitualmente, a DFC é onde se relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito da empresa no seu determinado intervalo de tempo. Com a elaboração da DFC é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas. (NETO e SIVA, 2006, p. 39).

Para Silva (2005) A DFC é um instrumento que apresenta todo o recurso financeiro que entra e sai da empresa em determinado período. O autor ainda complementa ao dizer que “o fluxo de caixa permite visualizar no tempo o que ocorre com o capital de determinada empresa”.

Sá (2008) Define aDFC como ferramenta de aferição e interpretação de variações dos saldos do disponível da empresa. Pois o produto final da agregação das contas a receber com as contas a pagar, de tal forma, que quando se comparam as contas recebidas com as contas pagas tem o fluxo de caixa realizado, e quando se comparam as contas a receber com as contas a pagar, tem-se o fluxo de caixa projetado.

A DFC é uma ferramenta importante quando bem administrada, pois impede a empresa de fracassar. Conforme Gitman (2004, p. 12), “uma empresa pode até ser lucrativa e ainda sim fracassar devido a um insuficiente fluxo de caixa para satisfazer as obrigações nas devidas datas de vencimento”.

3.2 RELEVÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

A importância do fluxo de caixa para a continuidade dos negócios é fundamental, uma vez que promove o nível de liquidez necessário para saldar corretamente os compromissos assumidos pela empresa. A insuficiência de caixa pode determinar cortes de crédito, cancelamento de entregas de pedidos, além de ocasionar uma série de descontinuidades em suas operações. (VIEIRA, 2005)

Toda empresa apresenta, diariamente, um movimento de entradas e saídas de recursos financeiros. Esse conjunto de ingressos e de desembolsos pode ser resumido ao fluxo de caixa que representa a situação financeira da empresa em cada momento. Com base nos registros dos recebimentos e pagamentos de caixa, a empresa poderá programar as suas necessidades financeiras, bem como aplicar os possíveis excedentes de forma rentável. (SOUZA, 2007)

O autor ainda complementa ao dizer que o “fluxo de caixa em qualquer empresa, seja qual for o seu tamanho, é imprescindível”. Por essa planilha pode-se prever, à distância no tempo, se a empresa necessita de recursos extras para solver os compromissos, dentre outras informações importantes.

A importância da gestão diária do capital de giro de uma empresa, no sentido de assegurar que a empresa possua recursos suficientes para a continuidade de suas operações, evitando assim interrupções mais onerosas. Isso envolve uma série de atividades relacionadas aos recebimentos e desembolsos da empresa, ou seja, a gestão do fluxo de caixa. Neste contexto, cabe destaque ao fluxo de caixa, pois ele é o instrumento que possibilita o controle dos recursos financeiros da empresa, assim como o planejamento das ações financeiras futuras. Do ponto de vista do controle

de gestão, é instrumento indispensável no processo de tomada de decisões financeiras. A importância do fluxo de caixa para a continuidade dos negócios é fundamental, uma vez que promove o nível de liquidez necessário para saldar corretamente os compromissos assumidos pela empresa. A insuficiência de caixa pode determinar cortes de crédito, cancelamento de entregas de pedidos, além de ocasionar uma série de descontinuidades em suas operações (VIEIRA, 2005).

O fluxo de caixa serve para orientar o administrador financeiro sobre a situação real da empresa, indicando sobra ou carência de recursos num determinado período, de forma que as decisões tomadas com o fluxo de caixa contribuam para a organização. Enfim, pode-se dizer que um fluxo de caixa eficaz possibilita ao administrador financeiro tomar decisões mais acertadas, de forma que a empresa contribua no repasse das informações.

Para Zdanowicz (2007) uma empresa antevendo um excedente de caixa, poderá planejar seus investimentos de forma segura, ao passo que a outra, estimando escassez de caixa, poderá projetar as possíveis fontes de financiamento para suprir as futuras necessidades do caixa.

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá se haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie. (GITMAN, 2004)

Para uma melhor compreensão a respeito das vantagens da DFC, Zdanowicz (2007, p. 145), afirma que, dentre tantas vantagens se podem apontar: Elaborar condições para que os recebimentos e os pagamentos sigam regras técnico-gerenciais, não fiscais; avaliação real de uma empresa, auxiliando a percepção sobre a movimentação dos recursos em um determinado período; projetar os pagamentos nas datas corretas evitando assim a inadimplência; ter um saldo de caixa para despesas inesperadas; programar aplicações depois de verificado o tempo de sobra de caixa, equilibrar entradas e saídas; analisar empréstimo menos onerosos para eventual necessidade; proporcionar a empresa um auto planejamento utilizando-o como base; Proporcionar a empresa uma visão de curto e médio prazo; proporcionar a empresa um planejamento de investimentos; Proporcionar a empresa capacidade de tomar decisões rápidas.

Matarazzo (2003) afirma que a demonstração do fluxo de caixa permite extrair importantes informações sobre o comportamento financeiro da empresa no exercício.

Assaf Neto e Silva (2005) destacam o fluxo de caixa como um instrumento que possibilita planejar e controlar os recursos financeiros de uma empresa, sendo indispensável em todo o processo de tomada de decisões.

Ribeiro (2010) finaliza ao dizer que “o fluxo de caixa é uma ferramenta de grande importância para o micro empresário, pois ele poderá examinar a capacidade da sua empresa de gerar capital necessário para expandir, implantar e/ou melhorar seu empreendimento, bem como auxiliar no processo de tomada de decisão e alcançar objetivos e resultados”.

3.3 FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com a Lei Complementar nº 139 de 10 de novembro de 2011, a classificação de micro ou pequena empresa se dá pelo porte e renda bruta anual. Em relação a porte têm-se as microempresas com renda bruta anual menor o igual a R\$ 360.000,00 e as empresas de pequeno porte com renda bruta anual maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 3.600.000,00 (BRASIL, 2013)

De acordo com o SEBRAE (2013) as micro e pequenas empresas apresentam classificações com base no número de empregados e com base no faturamento. As organizações com até 19 (dezenove) empregados, e empresas de comércio e serviço com até 09 (nove) empregados, são consideradas microempresas. Já indústrias que possuam de 20 (vinte) a 99 (noventa e nove) empregados e empresas de comércio e serviço que possuam de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) empregados, são consideradas empresas de pequeno porte.

De acordo com Scarpino Junior (2009) uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do país é a de servirem como redutor do desemprego, onde criam uma alternativa de ocupação para parte da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio e em uma alternativa de emprego, para uma grande parte da força de trabalho excedente com pouca qualificação, que não seria inserida nas grandes empresas.

Segundo dados do SEBRAE (2013), muitas empresas de pequeno porte colocam as operações diárias como produzir e vender em primeiro plano e

esquecem que também é necessário organizar e controlar essas operações. É muito comum encontrar empresas que não conhecem os valores exatos a receber e a pagar e não elaboram um controle de caixa eficiente.

Na concepção de Matarazzo (2010), muitas empresas vão à falência por não saberem administrar seu fluxo de caixa e quase sempre os problemas de insolvência ou liquidez ocorrem por falta de adequada administração do fluxo de caixa, daí a importância de sua análise.

Para Marion (2006) muitas empresas fecham sem nem mesmo completar três anos de atividade e um dos fatores que influenciam é a administração financeira ou a sua falta. O fluxo de caixa é um instrumento de administração financeira que ajuda o administrador (gestor) a controlar o caixa e que funciona como ferramenta de análise para tomada de decisão.

As dificuldades financeiras parecem proceder das ausências de planejamento e controle financeiros. Portanto, o conhecimento de técnicas, em especial o conhecimento das finanças e contabilidade, que permitem a elaboração do fluxo de caixa é de grande importância para o controle das micro e pequenas empresas. Porém, a complexidade de sua elaboração e a não obrigatoriedade de sua publicação faz com que os micro e pequenos empresários não elaborem o fluxo de caixa, prejudicando, assim, o seu controle e sua sustentabilidade num mercado atual competitivo. (MARQUES, 2008)

Toda a vivência nas normas contábeis exigidas para empresas de grande porte tem a opção de ser realizadas por micro e pequenas empresas, onde traz alguns benefícios reais, como maior transparência e segurança nas informações prestadas; maior atrativo para investidores nacionais e internacionais, e possibilidade de participar em eventuais operações de mercado de capitais, no qual as normas contábeis são exigidas (RODRIGUES, 2010).

Durante dez anos, o Observatório das Micro e Pequenas empresas (MPes) do monitoraram a mortalidade das empresas e descobriu seis conjuntos de fatores contribuintes para o encerramento prematuro de empresas, que vão desde a falta de conhecimento sobre o investimento mínimo necessário até a ausência de planejamento adequado e dificuldades na administração do caixa. (MARION, 2010).

Desses pontos abordados enfatiza-se o fluxo de caixa funciona como uma ferramenta de sobrevivência para essas empresas, sendo um mecanismo de acompanhamento dos números (valores monetários) da organização, podendo

apresentar informações valiosas no gerenciamento dos recursos e se configurar como uma ferramenta que apresentam informações relevantes para o total gerenciamento da organização. Além disso, promove bases para o crescimento da organização perante a economia.

De acordo com Gazzoni (2013) o fluxo de caixa se destaca como uma ferramenta que possibilita o planejamento e controle financeiro das micro e pequenas empresas. O fluxo pode ser montado de acordo com o porte da empresa e a necessidade do gestor, sendo uma ferramenta de fundamental importância para o gestor e para a empresa, pois sinaliza o rumo financeiro do negócio, bem como auxilia a gestão principalmente no processo de tomada de decisão, por ser uma ferramenta de informação gerencial.

4O USO DO DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA COMO SUGESTÃO DE CONTROLE EM UMA EMPRESA DE CAMISETAS PERSONALIZADAS

4.1 METODOLOGIA

Para a realização do referencial teórico abordando temas sobre o fluxo de caixa, utilizou-se referências bibliográficas, que de acordo com Silva (2006) “essa pesquisa aborda, explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, artigos científicos, revistas, entre outros”.

A pesquisa caracterizou como descritiva, com abordagem qualitativa. De acordo com Silva (2006) “em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade”. Quanto à abordagem qualitativa, Marconi e Lakatos (2009) relatam que “por meio do método qualitativo, o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes”.

Quanto à técnica para desenvolver esta pesquisa foi um estudo de caso, que para Marconi e Lakatos (2009) “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que analisa profundamente”.

A empresa analisada no estudo de caso é a microempresa “JS camisetas personalizadas”, camisetas sob encomendas, localizada em Tangará da Serra – MT, onde foi feito uma entrevista com a proprietária, com um questionário de dez questões referentes à caracterização da empresa, quanto à gestão financeira, bem como o perfil da proprietária.

Nesta pesquisa foi utilizada como instrumento básico para coleta de dados a entrevista, que de acordo com Marconi e Lakatos (2009) “trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. Todas elas têm um objetivo, ou seja, a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas”.

Sendo assim, para obtenção dos dados para esta pesquisa foi feito uma entrevista, através de um questionário com (dez) perguntas que foram respondidas pela proprietária da empresa em pauta, de forma presencial, onde as respostas obtidas através do questionário foram de extrema relevância para realização e conclusão da respectiva pesquisa.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A respectiva pesquisa foi realizada no mês de janeiro de 2018, através de uma entrevista de forma presencial com a proprietária da empresa JS camisetas personalizadas, onde de primeiro momento foi coletados dados e perfil do proprietário e de segundo momento caracterização da empresa, no tocante a gestão financeira e como é feito o controle de entradas e saídas de dinheiro da organização. Como o objetivo dessa pesquisa foi analisar qual ferramenta a empresa utiliza para controle financeiro, o questionário foi de extrema relevância para atingir tal objetivo e deixar melhores sugestões neste aspecto, no intuito de melhores resultados.

Neste contexto, para análise de resultados e dados coletados, realizou-se a identificação de qual ferramenta de controle financeiro é utilizado pela empresa; avaliou-se dados da proprietária, bem como caracterização da empresa; deixou-se como sugestão para a entrevistada a utilização do fluxo de caixa para controle financeiro semanal ou quinzenal, uma vez que, ele é uma ferramenta gerencial importante para controle de finanças, bem como essencial para auxiliar na tomada de decisão e eficiência de melhores resultados para a empresa.

4.3 PERFIL DO PROPRIETÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A proprietária de iniciais J. P. S, conforme prefere ser identificada, atua no ramo de personalização de camisetas a três anos e meio. A entrevistada tem como nível de escolaridade pós-graduação e apesar de ser pós-graduada em uma área completamente diferente da qual ela atua, verificou-se que a mesma desempenha

um papel de gestão eficiente dentro da empresa, pois a mesma tem um pensamento contemporâneo e dinâmico, o que faz todo diferencial no mercado atual. Constatou-se ainda, que a própria proprietária é responsável pelo financeiro, bem como pedidos de camisetas, gerenciamento e na realização das personalizações, que são realizadas apenas sob encomenda.

A empresa em estudo atua no ramo têxtil com confecção de camisetas personalizadas sob encomenda, tem natureza jurídica empresário individual e enquadrada como microempresa. Neste contexto, conforme relatou a proprietária: “a empresa foi legalizada tem um ano e meio e antes eu era considerada sacoleira”, comenta a entrevistada e ainda complementa “a minha insistência nessa área é pelo motivo de eu amar pegar uma simples camiseta e personalizá-la da forma que o cliente deseja e isso é empolgante pra mim”.

Verificou-se que a o perfil do proprietário define muito como funciona a empresa e como ela é administrada, neste contexto, a entrevista foi de extrema importância para o diagnóstico da situação atual da empresa, bem como possíveis sugestões no tocante à gestão financeira.

4.4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Verificou-se, conforme já citado, que a proprietária é responsável pela gestão financeira da empresa. Quando questionada como é controlada e entrada e saída de dinheiro da empresa a proprietária responde “antigamente eu fazia esse controle através do livro caixa, porém, depois da legalização da empresa, me senti na obrigação de fazer uso do Microsoft Excel, pois facilita o melhor controle das entradas e saídas, que são analisadas mensalmente” a entrevistada complementa “a globalização nos obriga a utilizar mais a tecnologia e menos o caderno”.

Quando questionada se empresa utiliza a contabilidade como ferramenta, é respondido: “eu tenho contadora para fins fiscais e posteriormente para fins de captação de recursos (financiamento), pois a burocracia para isso é grande, então é algo que realmente não tem como fugir”.

A gestão financeira da empresa é administrada pela proprietária e a mesma diz: “eu quem faço tudo por aqui, faço pedido, faço as personalizações sob encomenda, pagamentos, recebimentos, etc”.

Quando questionada se a empresa atualmente vem apresentando alguma dificuldade financeira a mesma relata “a empresa está sólida financeiramente, só

que muitas vezes eu tenho problemas pessoais e trago para o trabalho, mas são problemas meus e sei que não devo trazer problemas pessoais, mas infelizmente, às vezes eles vêm conosco para a empresa” a entrevistada enfatiza “a empresa está no rumo certo e financeiramente equilibrada”.

Ao ser questionada sobre qual seu entendimento por fluxo de caixa e se a empresa utiliza essa ferramenta, obteve-se como resposta: “acredito que seja tudo que entra e sai de dinheiro diariamente na empresa”. Em relação à empresa utilizar essa ferramenta “como já disse, o controle financeiro é feito através de planilha no Excel, vejo a necessidade de ampliar esse controle, principalmente porque tem aumentado as receitas e automaticamente despesas e posteriormente lucro, esse é o objetivo maior, planejar, controlar e poder saber o que fazer com o dinheiro do lucro anual, por exemplo, e apenas com o controle na planilha, não sei se ela poderá me indicar ou evidenciar o melhor investimento, por exemplo.

Em relação a possíveis mudanças na sua empresa para melhorar os resultados, a entrevistada responde: “É preciso diminuir o custo, ainda pago muito caro nas camisetas para personalizar, caso diminuísse esse custo, aumentaria meu lucro”. A proprietária ainda relata: “tenho buscado captação de recursos através de financiamento, para possíveis investimentos, como por exemplo, ampliar o espaço da loja, aumentar o estoque, etc., esses são planos para esse ano, são metas traçadas para esse ano, enfatiza”.

E por fim, quando questionada se costuma separar finanças pessoais das finanças da empresa, obteve-se como resposta: “Sim, o que é meu é meu, da empresa é caixa da empresa. Essa prática é um pouco difícil, relata à entrevistada, pois muitas vezes, precisamos de dinheiro para gastos pessoais e não podemos pegar da empresa por ser um dinheiro que não posso mexer e que são para outros compromissos”. A entrevistada finaliza “muitas vezes preciso de dinheiro para fins pessoais, tenho no caixa, mas não pego e dou um jeito de ter acesso a minha conta pessoal, para não interferir no caixa da empresa”. Essa ética e prática de separação de finanças pessoa (física) de pessoa (jurídica) é de extrema importância para a sobrevivência de micro e pequenas empresas, pois muitas empresas vão à falência por não terem essa ética e/ou planejamento financeiro corporativo.

Sendo assim, foi possível diagnosticar através do questionário que a gestão da empresa é administrada pela própria entrevistada; utiliza contabilidade para fins fiscais e para busca de captação de recursos; atualmente a empresa não tem

passado por dificuldades financeiras e a solidez financeira é equilibrada; a entrevistada tem entendimento de fluxo de caixa e sabe da sua importância para posteriormente implantação do mesmo; para melhores resultados é preciso diminuir custos, busca de financiamento pra ampliar o estabelecimento, para melhores resultados, lucros e por fim a entrevistada faz separação de finanças pessoais das finanças da empresa, o que é positivo para a empresa, uma vez que a não separação dessas finanças, pode levar uma empresa a falência, o que não é o caso da empresa em pauta.

4.5 SUGESTÕES

É possível verificar que a proprietária tem conhecimento amplo sobre fluxo de caixa e a sua implantação na empresa pode ser de grande valia para melhores resultados nos próximos anos. Sendo assim, deixa-se como sugestão a utilização dessa ferramenta gerencial, Para melhores detalhamentos das atividades operacionais, de investimento, financiamentos e principalmente para auxiliar na tomada de decisão.

Visto que o controle financeiro é realizado através de planilha Excel e analisado mensalmente, é sugerido que esse controle seja feito semanalmente ou quinzenalmente, para um melhor controle, na busca de melhores resultados, uma vez que a antecipação de custo/despesas e planejamento de orçamentos/receitas pesa muito no resultado de qualquer organização.

A empresa tem potencial de crescimento, uma vez que esse ramo de personalização encontra-se em contínua expansão. A busca por financiamento e maior ampliação do negócio é uma possível sugestão de melhores resultados futuros, uma vez que acontecendo isso, poderia empregar mais pessoas e a empresater maior carteira de clientes.

Por fim, é importante que se tenha dois controles financeiros a serem feitos, um empresarial e outro pessoal, uma vez que essa separação de finanças faz todo diferencial nos resultados e na sobrevivência de qualquer empresa. A proprietária da empresa em estudo tem a separação dessas finanças, sendo assim, o controle financeiro pessoal fica apenas como sugestão para melhorar ainda mais esse resultado de ética corporativa. Como já foi citada a empresa em pauta faz controle financeiro mensal, através de planilha no Excel, ficou como sugestão a realização desse controle semanalmente ou quinzenalmente. Para melhor detalhamento das

atividades operacionais, de investimentos e financiamentos, deixou-se como sugestão a implantação de um fluxo de caixa mais detalhado, para auxiliar na tomada de decisão, conforme demonstrado abaixo:

QUADRO 3: SUGESTÃO DE MODELO DE FLUXO DE CAIXA – SIMPLIFICADO

FLUXO DE CAIXA das atividades Operacionais:

- (+) Recebimento de Clientes e outros
- (-) Pagamentos a Fornecedores
- (-) Pagamento a Funcionários
- (-) Recolhimento ao Governo
- (-) Pagamentos a credores diversos
- (=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Das atividades de Investimentos

- (+) Recebimento de venda de imobilizados
- (-) Aquisição de Ativo Permanente
- (+) Recebimento de Dividendos
- (=) Disponibilidades geradas pelas atividades de investimentos

Das atividades de Financiamentos

- (+) Novos Empréstimos
- (-) Amortização de Empréstimos
- (+) Integralização de Capital
- (-) Pagamentos de Dividendos
- (=) Disponibilidades geradas pelas atividades de Financiamentos

AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES

DISPONIBILIDADES no início do período

DISPONIBILIDADES no final do período

Fonte: Autora, adaptado.

Os maiores detalhamentos das atividades operacionais, de investimento e financiamentos darão maior auxílio na tomada de decisão, uma vez que esse modelo simplificado de fluxo de caixa ampliará a visão de gerenciamento de entradas e saídas de caixa e deste modo essa ferramenta dará maior resultado para a empresa, principalmente como instrumento de controle gerencial.

5 CONCLUSÃO

O fluxo de caixa se destaca como uma ferramenta que possibilita o planejamento e controle financeiro das micro e pequenas empresas e ele pode ser implantado de acordo com o porte da empresa e a necessidade do gestor, uma vez que ele sinaliza o rumo financeiro do negócio, bem como auxiliando processo de tomada de decisão, por ser uma ferramenta de informação gerencial.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância e os benefícios do fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas. Constatou-se através da pesquisa que o fluxo de caixa é uma ferramenta de grande importância para o micro empresário, pois ele poderá examinar a capacidade da sua empresa de gerar capital necessário para expandir, implantar e/ou melhorar seu empreendimento, bem como auxiliar no processo de tomada de decisão e alcançar objetivos e resultados.

Buscou-se responder a seguinte problemática: qual a dificuldade das micro e pequenas empresas em implantarem o fluxo de caixa como ferramenta de informação gerencial nas tomadas de decisão? Foi possível verificar através da pesquisa que muitas empresas não aderem o fluxo de caixa como ferramenta de informação gerencial, principalmente as micro e pequenas empresas, por motivos de cultura organizacional, pois na maioria das vezes essa categoria empresarial tem um modelo de gestão burocrático, onde apenas o proprietário tem a decisão final, o que interfere na insegurança do manuseio de tecnologias avançadas e por vezes pode-se colocar como comodismo e não aderem novos procedimentos para melhorar resultados. Outro ponto a ser considerado sobre essa questão é que a não obrigatoriedade da elaboração da Demonstração de fluxo de caixa leva os gestores, principalmente das micro e pequenas empresas a não utilização dessa ferramenta, uma vez que a geração de fluxo de caixa é a base para elaboração da DFC. Por fim, muitas empresas não utilizam essa ferramenta pelo custo que ela pode gerar, neste caso é imprescindível à realização do custo x benefício, uma vez que a implantação do fluxo de caixa gerará melhores resultados, principalmente por ser uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão.

Quanto ao estudo de caso realizado na empresa JS camisetas personalizadas, do ramo têxtil, na personalização de camisetas sob encomendas, os resultados obtidos foram satisfatórios de acordo com o esperado.

Conclui-se, através do estudo de caso que a empresa possui um controle financeiro, que, no entanto, pode ser melhorado, conforme quadro deixado como sugestão. Verificou-se que a empresa tem uma situação financeira confortável e para melhores resultados é preciso diminuir seus custos, buscar captação de recursos (financiamentos) para ampliar o estabelecimento, gerando assim melhores resultados. Por fim, constatou-se que a proprietária separa finanças Pessoa (física) das finanças Pessoa (jurídica), o que é de extrema importância para sobrevivência

da empresa, pois muitas empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, vão à falência por não terem esse planejamento financeiro corporativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti; BRAGA, Hugo Rocha. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**: Lei nº. 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 7ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSAF, Alexandre. Assaf Neto, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BENEDICTO, Gideon Carvalho de; SALAZAR, Jose Nicolas Albuja. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Thomson, 2004.

BORINELLI, M. L; SOUZA, B. C. **Controladoria**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

BRASIL, **Lei n.11638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/lei/111638.htm> Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. **Pronunciamento Técnico CPC 03**. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Ata CPC, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

CAMPOS, Daniel Muller: **fluxo de caixa**: Uma ferramenta para Tomada de Decisão, Planejamento e Controle, Faculdade de Ciências Aplicada – FASA, Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/123456789/840/2/2029751>.

CARLIN, Everson Luiz Brenda. **Normas nacionais e internacionais de contabilidade** – Comentadas de forma resumida e comparadas com os CPCs e IFRS – De acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09./ Everson Luiz Brenda Carlin, Wilson Alberto ZappaHoog./ 2º edição./ Curitiba: Juruá, 2010.

CHING, Hong Y; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade & Finanças**. São Paulo. Prentice Hall, 2003.

ERNST & Young, **Manual de normas internacionais de contabilidade** : IFRS versus normas brasileiras / Ernst & Young, Fipecafi. – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

FERREIRA, Neide de Souza. **A importância da gestão do fluxo de caixa no processo decisório das empresas**. João Pessoa: Artigo científico, 2003.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de Caixa – ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley: 2004.

IASCF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE FOUNDATION. Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs). Incluindo **Normas Internacionais de Contabilidade (IASs) e Interpretações , aprovadas em 1º de Janeiro de 2008**. Volume 1. IASCF – International Accounting Standards Committee Foundation e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de...[et.al]. **Manual de contabilidade Societária** / Iudícibus, Sérgio de...[et.al].- - São Paulo: Atlas, 2010. Outros autores: Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbecke, Ariovaldo dos Santos FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP.

KUSTER, Edison; NOGACZ, Nilson Danny. Administração financeira. **Finanças empresariais**. Gazeta do Povo. Curitiba - PR: FAE Business School, n. 4, 2003.

LAMAS, F. R.; GREGÓRIO, A. A. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Contabilidade Criativa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v5, n.3, p.99-115, jul./ set. 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica** – 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Adriano Ventura. **Planejamento e Controle Financeiro nas Micro e Pequenas Empresas, visando à continuidade e à sustentabilidade**. Santos: UNISANTOS, 2008. Dissertação (mestrado em Gestão de Negócio) – Programa em Gestão de Negócio, Universidade Católica de Santos, 2008.

MARQUES, W. L. **CONTABILIDADE GERAL II** – segundo a lei 11638/2007 das sociedades anônimas – passo a passo da contabilidade. Cianorte: Gráfica Vera Cruz, 2010.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços** – 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTOTO, Eugênio, **Contabilidade geral esquematizado**/Eugênio Montoto2: ed., rev. Atual e com exercícios resolvidos. – São Paulo: Saraiva, 2012.

NETO, Alexandre Assaf: **Finanças Corporativas e valor**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva; FARIA, Anderson de Oliveira; OLIVIERA, Luís Martins de; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5032-9

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**.1.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de caixa: demonstrações contábeis – de acordo com a Lei 11.638/07**. Curitiba: Juruá, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Robson Leonardo. Nova contabilidade para pequenas e médias empresas. Revista Incorporativa. 2010. Disponível em :<http://www.incorporativa.com.br/mostranews.php?id=4045>. Acesso em 05 de março de 2018.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa**. A visão da Tesouraria e da Controladoria. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Media Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE. **Micro e pequena empresa**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/microepequenaempresa.htm> Acesso em: 25 fev. 2018.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Brasília: Sebrae, 2012.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2012-2013. 4. ed. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos. – Brasília, DF; DIEESE, 2013.

SCARPINO JUNIOR, Luiz Eugenio. As licitações diferenciadas na **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**, princípios da isonomia e economicidade nas contratações públicas. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP. ano 8, n. 90, jun. 2009. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, E. C. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**. São Paulo, 2005.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas** – 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez, 1948. – **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras** / Paulo Viceconti, Silvério das Neves. – 17.ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2013.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 2005.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 9ªed. Porto Alegre. Sagra Luzzato, 2007.

APÊNDICE I

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GLAUCIA DA SILVA RIBEIRO

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS**PERFIL DO PROPRIETÁRIO:**

Nome:

Escolaridade:

Tempo de experiência no mercado:

DADOS DA EMPRESA:

1- Qual categoria da empresa: Microempresa, Pequena ou Média Empresa?

2- Quantos anos de existência da empresa em pauta?

3- Como é realizado o controle de entradas e saídas de dinheiro na empresa?

4- O controle financeiro tem como ferramenta a contabilidade?

5- Como é a gestão financeira da empresa?

6 - Atualmente, a organização tem enfrentado alguma dificuldade financeira?

7- Qual seu entendimento por fluxo de caixa e a empresa utiliza essa ferramenta?

8- Na sua concepção o fluxo de caixa pode ser uma ferramenta de apoio gerencial como tomada de decisão?

9- O que você acha que deve mudar na sua empresa para melhorar os resultados?

10- Costuma separar finanças pessoais das finanças da empresa?
